

DOSSIÊ

Políticas públicas educacionais: reflexões sobre a relação educação-trabalho frente às transformações no mundo do trabalho

Proponente

Klever Corrente Silva

Este dossiê reúne estudos e pesquisas, desenvolvidas ou em desenvolvimento, que se originaram das leituras e das discussões, ocorridas na disciplina Educação e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Educação modalidade profissional (PPGE-MP), da Faculdade de Educação (FE), da Universidade de Brasília (UnB), ministrada no segundo semestre de 2017.

- **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DISTRITAL EM CEILÂNDIA À LUZ DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO**

Klever Corrente Silva

- **EDUCAÇÃO INTEGRAL: OS DESAFIOS PARA UM ENSINO QUE CONTEMPLE A FORMAÇÃO HUMANA**

Aurenilda Cordeiro da Silva

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL: PRIMEIRAS LINHAS SOBRE A EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO DA LEI 12.711 DE 2012 NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - IFB**

Cecília Cândida Frasão Vieira

- **UM ENSAIO ACERCA DA RELAÇÃO CONFLITUOSA ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CONTEXTO CAPITALISTA BRASILEIRO**

Lucélia Abreu Rodrigues

Autora | Author

Lucélia Abreu Rodrigues *

lu.jabreu@gmail.com

Um ensaio acerca da relação conflituosa entre educação e trabalho no contexto capitalista brasileiro

An essay about of the conflictual relationship between education and work in Brazilian capitalist context

Resumo: O presente ensaio possui como escopo realizar uma reflexão geral dos conceitos de educação e trabalho, a relação conflituosa entre eles no contexto educacional e da administração pública que elege suas ações estatais com fundamentos predominantemente capitalistas, esquecendo-se do conceito amplo de educação, o que colabora para perpetuar a desigualdade social brasileira epidêmica. Na prática, muitas dessas ações visam preparar mão de obra para o mercado de trabalho, porém constata-se ao analisar dados de pesquisa que a educação brasileira não consegue atingir uma educação de qualidade nem preparar seus alunos para uma boa qualificação profissional. O interesse por este tema surgiu como parte da revisão do referencial teórico da disciplina Educação e Trabalho do curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. A metodologia utilizada neste artigo será a pesquisa bibliográfica, revisando textos utilizados nas disciplinas já cursadas e outras referências alusivas ao tema.

Palavras-chave: educação, trabalho, conflito, políticas públicas educacionais, desigualdade social.

Abstract: *The present essay aims create a general reflection about the concepts of education and work, the conflictual relationship between them in the educational context and in the public administration that chooses its state actions with predominantly capitalist foundations, forgetting the broad concept of education, which collaborates to perpetuate the Brazilian social inequality epidemic. In practice, many of these actions aim to prepare the student for the labor market, but it is verified when analyzing research data that Brazilian education cannot achieve a quality education nor prepare its students for a good professional qualification. The interest for this theme arose as part of the revision of the theoretical reference of the Education and Work discipline of the course of Professional Masters in Public Policies of the Education Faculty of the University of Brasilia. The methodology used in this article will be the bibliographical research, reviewing texts used in the disciplines already studied and other references referring to the theme.*

Keywords: education, work, conflict, educational public policies, social inequality.

DOSSIÊ

Políticas públicas educacionais: reflexões sobre a relação educação-trabalho frente às transformações no mundo do trabalho

Proponente
Klever Corrente Silva

Introdução

Em uma análise superficial, tende-se a concluir que a educação tem como objetivo principal preparar para um trabalho. Que será ela o garantidor de um bom emprego quando o estudante finalmente concluir os seus estudos. Não raro é o que escutamos e não é raro é perceber que professores, rotineiramente, seja na escola onde trabalhamos ou até mesmo em nossos lares unem-se ao mesmo coro aos seus alunos: “Estudem para que vocês tenham um bom trabalho”.

Assim, a educação vai tomando na sociedade o papel de garantidor de um “bom futuro”. Entretanto, nessa perspectiva, os objetivos reais tanto da educação quanto do trabalho são abandonados. Eles são moldados de acordo como a concepção da sociedade na qual estão inseridos, por isso é tão importante conhecer a ideologia que rege as políticas educacionais adotadas.

Seguindo o entendimento de Azevedo (2003, p.38), política é ‘toda ação ou omissão do Estado que terá consequências na realidade social’. O Estado manifesta-se de forma tradicional com a aprovação de leis que geralmente são resultados de processos longos ou pode interferir mais agilmente utilizando-se de políticas públicas. Nesse último formato, as políticas educacionais seriam aquelas que teriam reflexos no ambiente escolar. Em ambas formas de ação estatal, há desdobramentos no contexto social que frequentemente não são analisados ou prevenidos:

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. (HOFLING, 2001, p. 31)

Avaliaremos nesse ensaio, inicialmente, o conceito de educação e de trabalho na sociedade e qual a relação muitas vezes conflituosa que pode existir entre eles. Seguiremos com a reflexão acerca de como o Estado está interferindo nesses institutos? Quais as possíveis consequências dessa interferência quando se escolhe manter o sistema capitalista em evidência, subordinando as ações educacionais ao sistema econômico? De que maneira as políticas públicas podem interferir nessa relação?

Essas reflexões fazem-se importantes uma vez que educação de qualidade seja ela profissional ou não

depende de objetivos revelados a todos, principalmente ao público a que se destina.

Educação e trabalho

O ser humano nasce e insere-se, ao mesmo tempo em que é inserido, em um contexto social denominado sociedade. Desse processo advém o fato de que ele está sempre em processo de educação que não finda, pois, a vida nessa sociedade é uma eterna troca de conhecimento que favorece a sua educação.

Educação é, portanto, um processo contínuo e amplo de aprendizagem e ocorre em diferentes contextos sociais:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. (BRANDÃO, 2013, p.3).

Porém, na atual conjuntura social, tem-se observado a transferência da responsabilidade da educação apenas para as instituições educacionais. Contudo, educação é um conceito maior e diversificado e a escola é um espaço de aprendizado, mas não único nem primeiro.

O conceito ampliado de educação, portanto, necessita ser compreendido pelos participantes do convívio social. Estes aceitam como regras dois fatos difíceis de modificação. Um preconiza que a escola é a principal responsável pela educação e o outro que o aluno estuda apenas para ter um bom trabalho. Esses conceitos impregnados na sociedade também impedem a evolução de uma educação emancipatória com qualidade porque aceitam como verdades absolutas situações que não elevam a qualidade de ensino:

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a

ocultar, às vezes a inculcar — de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. (BRANDÃO *apud* CARNEIRO, 2017, p.2)

Assim, é preciso enfatizar que todo grupo social irá definir os princípios que embasarão a educação seja ela em qual espaço ocorrer, pois até mesmo no convívio familiar, os valores repassados serão aqueles aceitos pela maioria do grupo. Becker cita as definições do antropólogo Clide Kluchon e do sociólogo Talcott Parsons para explicar o que seriam esses valores adotados por um grupo social:

C. Kluckhon define valor como “uma concepção do desejável explícita e implícita, característica de um indivíduo ou de um grupo, e que influencia a seleção dos modos, meios e fins da ação”; e Parsons afirma que: “pode chamar-se valor um elemento de um sistema simbólico partilhado que serve de critério ou padrão para a seleção entre alternativas de orientação que são intrinsecamente viáveis numa situação”. (VIANA, 2007, p.16)

Compreender que existem valores pré-determinados em uma sociedade é importante para entender que esses valores vão permear todas as ações que serão implementadas nessa sociedade, incluindo as relativas à educação em todos os contextos. A grande questão é descobrir a quem atende os interesses dos valores implementados em um determinado grupo social.

O trabalho assim como a educação sofrerão impactos desses valores. Constituem-se em pilares importantes dentro de qualquer sociedade na medida em são processos instintivos, necessários e interligados.

São instintivos e interligados porque se observa mesmo nas mais primitivas sociedades a necessidade de repassar conhecimentos (educação) aos jovens para desempenhar determinadas funções (trabalho). Mesmo nas sociedades de subsistência, há uma forma de trabalho organizada, mesmo que seja apenas para a caça. O que se quer aqui enfatizar é que não há organização social sem educação e trabalho, são, consequentemente, necessárias, importantes para o bom funcionamento do grupo social.

Na intersecção da educação com o trabalho, há várias questões a serem avaliadas, dentre elas o papel da educação para o trabalho. Estaria essa a serviço apenas do trabalho? Seria esse o papel da educação? Cada sociedade elegerá seus parâmetros que terão consequências.

Fato é que a educação passa por um grande desafio de se redescobrir na sociedade contemporânea,

principalmente diante do capitalismo vigente que orienta as “metas” educacionais. Octavio Ianni salienta que

o que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais. Daí a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global e, ao mesmo tempo, em shopping center global e disneylândia global. (OCTAVIO IANNI *apud* SEVERINO, 1998, p. 28)

No caminhar de todo sujeito social, o trabalho é fase fundamental do produzir humano. É o processo no qual algo será produzido para ser revestido na sociedade onde ele está inserido. Assim, é fundamental que todo sujeito compreenda seu local de vivência para ter ciência do que esperam dele e do seu trabalho. Porém, é essa compreensão que geralmente lhe é camuflada a depender da forma de organização do contexto social. Isso pode tornar o trabalho um mero emprego, apenas um contrato assalariado a ser cumprido, retirando a função social do mesmo.

Trabalho deveria ser, assim, algo que a serviço da sociedade não provocasse a servidão do trabalhador que cotidianamente produz, mas não tem acesso ao que produz e muito menos sabe para o quê produz, pois, a educação que recebeu não foi suficiente para provocar um pensamento crítico e consciente. O trabalho é primordial,

é essencial para o funcionamento das sociedades. O trabalho é responsável pela produção de alimentos e outros produtos de consumo da sociedade. Sendo assim, sempre existirá o trabalho. O conceito, a classificação e o valor atribuído ao trabalho são sempre questões culturais. Cada sociedade cria um conceito próprio, divide o trabalho em certas categorias e atribui-lhe um determinado valor. Quando essas condições se alteram, o trabalho também se altera, seja pela forma como se realiza (manual, mecânico, elétrico, eletrônico, etc.), seja pelos instrumentos-padrão que utiliza e assim por diante. Da mesma forma, a sociedade e seus agentes também variam na forma como organizam, interpretam e valorizam o trabalho. (IAMAMOTO et al., 1999, p.2)

Relação conflituosa entre educação e trabalho no contexto capitalista

Em um contexto capitalista o trabalhador vende a sua força de trabalho e deve ajudar a gerar lucros. Esses lucros quase nunca retornam aos trabalhadores, mas ajuda a aumentar as desigualdades sociais, pois uma minoria detém uma força econômica resultante desses lucros e que a ajudará a ter o controle social.

No Brasil, segundo relatório do World Inequality Database que possui estudos acerca da histórica distribuição de renda e riqueza mundial, 1% da população mais rica brasileira detém 28% da renda nacional. Acima da média mundial que é de 22% (WID, 2015). São dados que deveriam preocupar toda sociedade, entretanto, poucos ficam indignados com tamanho descaso. E as consequências sociais advindas dessas desigualdades são enfrentados por todos, todos os dias, em forma de violência, corrupção, carência de educação de qualidade e etc.

As sociedades sejam elas de qual organização for utilizam-se da educação para repassar conhecimento de geração em geração. A grande questão é que nesse processo perpassa uma concepção basilar, ideológica, que sustenta as bases filosóficas dessa educação e constantemente podem mascarar a real intenção de quem possui esse controle social, mantendo o status quo demonstrado acima nos dados sobre a desigualdade social no Brasil:

a maneira como os homens se organizam para produzir os bens com que reproduzem a vida [...] determina também como e para quê este ou aquele tipo de educação é pensado, criado e posto a funcionar (BRANDÃO apud PIRES, 2013, p. 13).

A ideologia, portanto, que fundamenta o processo educativo irá refletir também na educação para o trabalho, que constitui atividade social e como tal necessita de uma educação que cada vez mais empenhada em produzir mão de obra apenas para o que convém. O resultado disso no Brasil é que o processo educacional se tem tornado específico e classificatório dos cidadãos, impedindo a ascensão social. Isso verifica-se claramente quando analisamos os dados do Indicador do Alfabetismo Funcional – INAF colhidos pelo Instituto Paulo Montenegro e publicado em 2016. Eles proporcionam uma visualização da realidade da relação existente entre a alfabetização e o mundo do trabalho (educação x trabalho), demonstrando que há relação direta entre péssima qualidade de ensino e distribuição de postos de trabalho no Brasil.

Tabela 1 - Distribuição da população pesquisada por grupo de alfabetismo

Grupo	%	N^o de respondentes
Analfabeto	4%	88
Rudimentar	23%	457
Elementar	42%	843
Intermediário	23%	453
Proficiente	8%	161
Total	100%	2002
Analfabeto + rudimentar: analfabetos funcionais	27%	545
Elementar, intermediário e proficiente: alfabetizados funcionalmente	73%	1.457

Fonte: Instituto Paulo Montenegro - 2016

A tabela número 1 já demonstra grande defasagem escolar da população brasileira. A qualidade da educação não permite um número alto de proficientes na própria língua materna, o português. 27% das pessoas são analfabetas funcionais e apenas 8% atingiram o último grupo de alfabetismo, demonstrando conhecimento avançado das habilidades em letramento. Essa disparidade traz consequências na distribuição dos postos de trabalho conforme verifica-se na tabela 2:

Tabela 2 - Distribuição da população pesquisada por grupos de alfabetismo e situação atual de trabalho (% nos grupos)

Base	Total		Analfabeto	Rudimentar	Elementar	Intermediário	Proficiente
	2002	100%					
Está trabalhando	1267	63%	47%	60%	62%	68%	75%
Está desempregado	199	10%	13%	9%	12%	9%	6%
Procura primeiro emprego	61	3%	2%	2%	3%	4%	5%
Está aposentado	101	5%	15%	9%	4%	3%	1%
É dona de casa	228	11%	16%	14%	13%	8%	6%
Outra situação (vive de renda, recebe pensão, inválido, etc.)	38	2%	6%	3%	2%	2%	0%
Nunca trabalhou e não está procurando emprego	108	5%	2%	4%	5%	7%	7%
Total	2.002	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Instituto Paulo Montenegro - 2016

Verifica-se, portanto, que 75% dos proficientes da escala de alfabetismo estavam trabalhando e 6% estavam desempregados, demonstrando que a maior qualidade na educação se traduz em probabilidade de conseguir emprego. Logo, preocupar-se apenas com a aquisição do emprego não é garantia de qualidade de ensino.

Na tabela abaixo, verifica-se que as pessoas com maior escolaridade são as que conseguem atingir melhores postos de trabalho. A injustiça social ainda reside no fato de que nem toda população brasileira tem acesso a essa educação. Dentre os excluídos, os negros e mulheres ainda se encontram em grande desvantagem, conforme verifica-se na tabela 4.

Tabela 3 - Distribuição da população ocupada por escolaridade e tipo de ocupação (% na ocupação)

Ocupação	Total		Nenhuma	Escolaridade			
	N	%		Até Ens. Fund. - Anos iniciais	Até Ens. Fund. - Anos finais	Até Ensino Médio	Educação Superior
<i>Base</i>	1737	100%	83 5%	279 16%	386 22%	688 40%	301 17%
Direção/gerencia no setor público ou privado e Especialistas de nível superior	44	100%	2%	2%	7%	30%	59%
Coordenação/gerência/empregado de nível técnico no setor público ou privado (inclui trainees) e Especialistas de nível técnico	309	100%	1%	10%	15%	38%	36%
Atividade operacional/não especialista no setor público ou privado	660	100%	2%	10%	23%	49%	16%
Empresário/empreendedor/microempresário	88	100%	1%	7%	19%	48%	25%
Conta própria dentro ou fora de casa	364	100%	7%	27%	24%	34%	8%
Serviço doméstico com ou sem carteira assinada	96	100%	24%	36%	26%	11%	2%
Pequeno produtor rural	156	100%	12%	23%	32%	31%	1%
Não sabe / Não respondeu	20	100%	5%	20%	20%	50%	5%

Fonte: Instituto Paulo Montenegro - 2016

Tabela 4 - Distribuição da população pesquisada por grupos de alfabetismo e cor/raça (% na cor/raça)

Bases	Total		Analfabeto	Rudimentar	Elementar	Intermediário	Proficiente
	2002						
			88	457	843	453	161
Branca	768	38%	19%	34%	38%	43%	48%
Preta/Negra	266	13%	19%	16%	13%	10%	9%
Parda	919	46%	58%	48%	45%	45%	39%
Amarela/Indígena	49	2%	3%	1%	3%	2%	4%
Total	2.002	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Instituto Paulo Montenegro - 2016

O surgimento da divisão do trabalho já na Grécia antiga entre os proprietários de terras e os não-proprietários foi o início dessa ação de classificação das pessoas. Aqueles que lucravam do trabalho alheio possuíam tempo livre para serem educados, recebiam um tipo de educação. Aqueles que eram obrigados a trabalhar recebiam uma educação específica ao processo produtivo. A relação conflituosa entre educação e trabalho pode residir, dessa forma, no objetivo que a classe dominante quer atingir, uma vez que é ela quem detém o poder econômico e educacional, quem poderia mudar a realidade, mas não tem interesse:

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho. (SAVIANI, 2007, p.155)

Dessa divisão da educação baseada em uma concepção que visa apenas dominar e não educar advém sérias consequências para a humanidade. E a mais grave é a manipulação do sistema educacional para servir aos fins que o Estado, comandado por quem detém o poder, almeja.

E dentro de um Estado capitalista, o objetivo é atingir o lucro com a maior eficiência possível, gerando riquezas que em muitos países, principalmente no Brasil, não são bem distribuídas gerando sérios danos para

a própria sociedade, como miséria, fome, violência e cidadãos que não compreendem sua realidade para transformá-la:

o caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital, historicamente toma formas e conteúdos diversos” (FRIGOTTO, apud PIRES, 2014, p.14). A função social da educação subordina-se, desta forma, às demandas do mercado. (PIRES, 2014, p.14)

A educação, portanto, segue em consonância com o que é determinado o sistema econômico adotado pela sociedade. É preciso gerar mão de obra que sustente o sistema vigente. Martin e Schumann (apud FRIGOTTO E CIAVATTA, 2003, p.95) “sintetizam esta tendência com a ideia metafórica de “sociedade 20 por 80” para designar que apenas uma parcela mínima de 20% da humanidade efetivamente usufrui da riqueza produzida no mundo. Os demais 80%, que são os que predominantemente a produzem, apropriam-se de forma marginal ou são literalmente excluídos”.

E para a manutenção das exclusões, as ações de um Estado que só se preocupa em manter as bases capitalistas, as legislações educacionais são extremamente afetadas objetivando a manutenção dos privilégios de quem detém o controle econômico e diminuindo a probabilidade de grande parte da população de ascender socialmente e usufruir também daquilo que ajuda a produzir. As leis educacionais dentro de um sistema capital visam favorecer a iniciativa privada, gerando lucros e não objetivando melhorar a qualidade de ensino.

No Brasil, podemos observar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) como exemplo de legislação que claramente objetiva a formação para o trabalho e não para o desenvolvimento intelectual do aluno que será preparado para avaliar a realidade em que se encontra para então modificá-la: “A educação básica tem

por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, 2006). Ou seja, a própria lei que deveria prever uma educação formadora de cidadãos críticos e conscientes tem como objetivo uma educação limitada.

Como as políticas públicas educacionais contribuem para a manutenção da lógica capitalista?

A forma de agir estatal para garantir o bem-estar social vem modificando-se ao longo do tempo conforme surgem novos conceitos, ideologias e interesses. Também se observa diferenças entre os Estados de acordo com seu ordenamento jurídico.

Mas, frisa-se, essa evolução não significou “a substituição ou eliminação da prática continuada do modelo jurídico e das teorias clássicas ou tradicionais de organização (do Estado), e sim a coexistência desses vários enfoques, nem sempre compatíveis entre si”. (SARAIVA, 2007, p. 23)

Uma mudança significativa mundial foi observada após a segunda guerra mundial, uma vez que o Estado, que a partir da Revolução Francesa já assumira uma posição intervencionista, após as grandes atrocidades cometidas durante a guerra, passou a ser mais incisivo para garantir que os direitos humanos fossem mais respeitados.

Essa mudança de postura jurídica interferiu na organização estatal que teve que adotar uma forma de agir mais célere e garantidora dos direitos sociais.

Com a constante necessidade de uma atividade estatal mais ágil diante de tantas transformações que a humanidade vivenciou, principalmente com a revolução tecnológica e com a concepção de mundo cada vez mais globalizado, foi surgindo ideias inovadoras no campo da atividade estatal que culminou no conceito de “Política Pública”.

Políticas públicas são, portanto, resultados de muitos debates, tensões e reivindicações de grupos de interesses diversos dentro de uma sociedade. Diferencia-se do processo de elaborações de leis onde há pouca participação de instituições representativas de segmentos diversos, como por exemplo, associações e grupos que se fortalecem na luta por melhorias para seu grupo específico que representam. Hofling enfatiza que “as políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais”.

A educação e o trabalho novamente encon-

tram-se nessa nova forma de atuação estatal como objetos das políticas públicas sociais.

Na prática, é relevante saber qual o pensamento predominante em cada sociedade para analisar quais serão as ideologias que influenciarão o surgimento das políticas públicas. Ao se privilegiar medidas educacionais que visam apenas o trabalho, a consequência será não atingir uma educação emancipatória, mas apenas uma educação classificatória que escolherá o papel de cada aluno na sociedade que perpetuará suas desigualdades. Hofling também alerta para essa questão:

Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo “competitivo frente à ordem mundial globalizada”. (HOFLING, 2001, p. 40)

A legalidade da adoção de políticas públicas no Brasil está prevista na Constituição Federal (BRASIL, 1988) concebida como a constituição cidadã por, dentre outros direitos, contemplar a ampla participação da sociedade na atuação estatal:

[...] a constituição estabelece bases jurídicas para a construção de um novo formato de cidadania, agora contemplando o ramo social como direito do cidadão e dever do Estado. Mas não apenas isto, agora a cidadania política transcende aos limites da delegação de poderes da democracia representativa e, expressa-se através da democracia participativa, através da constituição de conselhos paritários, que se apresentam como novo locus de exercício político (CAMPO, MACIEL, 1997, p. 145 apud MACIEL)

No Brasil, a atuação do Estado por meio de políticas públicas sofre algumas limitações. Inicialmente, o país pode ser considerado um principiante nessa prática de ação uma vez que seu sistema administrativo é muito legalista e engessado. Porém, é grave o fato de ser uma democracia recente e não ter suas estruturas políticas sólidas e confiáveis. Na adoção de políticas públicas, o país já passou por diversas fases como repressivas e intervencionistas.

A prática de uma extensa negociação política conflituosa que não é transparente e não considera as reais necessidades do público alvo das políticas públicas dificulta ao Estado brasileiro tomar as decisões certas e não as que atendam aos interesses de uma minoria. O entrave econômico predomina atualmente nas ações do Estado brasileiro via políticas públicas:

O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. Respostas a este desafio não são fáceis nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública. (SOUZA, 2006, p.1-2)

O fator econômico restringe a atuação do Estado em países cuja ideologia é, principalmente, liberal ou neoliberal, fazendo com que o ajuste fiscal seja a principal meta a ser alcançada e relegando ao último plano políticas sociais que contribuiriam para a diminuição das mazelas causadas pela adoção dessa própria ideologia:

“Na atual conjuntura brasileira, caracterizada pela necessidade de um ajuste fiscal, essas disputas entre as várias pastas e “policy networks” pelos recursos, assim como entre essas pastas, a “equipe econômica” e a presidência tornam-se particularmente acirradas, deixando transparecer uma certa incapacidade de ação e, logo, comprometendo a governabilidade do sistema político”. (FREY, 2000, p. 12)

No Brasil, portanto, as políticas públicas que visam interferir nas questões sociais, dentre elas a educação, são resultados de muitos embates políticos com correntes ideológicas e interesses diversos e com os grupos sociais que necessitam dessas políticas pressionando para que elas sejam viabilizadas.

A educação, todos concordam, tem um papel importante na diminuição das desigualdades sociais, mas falta muito comprometimento dos que estão envolvidos com uma educação crítica, emancipatória e que permita com que o aluno vença as barreiras sociais a ele impostas:

É simplesmente contraditório, hipócrita e ingênuo esperar que o atual sistema de ensino vigente na escola e na universidade tenha ecos emancipatórios, porque aprendizagem autoral não existe, nem se imagina que seja a finalidade do sistema. A finalidade é repassar conteúdo curricular, esperando que o aluno o memorize, aula após aula, prova após prova. (DEMO, 2018)

Na busca de uma educação verdadeira longe das amarras do capitalismo, muitas mudanças são necessárias. A começar pela conscientização até mesmo dos profissionais da educação de que há uma ideologia fundamentando cada ação pública, seja ela realizada tradicionalmente pelos meios legislativos ou por intermédio das políticas públicas.

Considerações finais

A educação no Brasil não prima pela qualidade e por uma educação crítica, formadora de cidadãos autônomos e conscientes do seu papel social enquanto indivíduo.

E mesmo quando as ações estatais objetivam preparar mão de obra para o trabalho, não conseguem. Porque os dados revelam que poucos são os proficientes em língua portuguesa, mantendo a maioria restrita a um mercado de trabalho com poucas chances de evolução.

A educação como forma de adquirir um conhecimento e repassá-lo aos seus cidadãos da sociedade a qual está inserida ao longo da história da humanidade tomou diferentes classificações conforme o objetivo daqueles que detém a hegemonia do poder sob outros que a compõe distanciando-se do seu objetivo princípio.

Com o surgimento da sociedade capitalista, o uso da educação para gerar lucros foi estendido. E nesse uso longe de uma função social que vise o bem de todos, reside a relação conflituosa entre educação e trabalho.

O trabalho que deveria ser uma atividade emancipatória para o ser humano passou a ser forma de dominação. E a educação tem seu papel de destaque nessa manutenção do *status quo*, mantendo uma relação de subordinação com o labor.

A melhor educação dentro de um sistema capitalista pertence aqueles que podem pagar, aumentando a desigualdade social e resultando em graves consequências sociais. Os mais necessitados são excluídos do sistema educacional de forma velada, quase imperceptível, sem que o Estado consiga ou queira intervir positivamente, uma vez que não raro está a serviço de uma parcela da sociedade.

Se a lógica do capital é a distribuição desigual do saber, a escola presta um serviço à classe trabalhadora, e não ao capital, ao formular propostas pedagógicas que democratizem o saber sobre o trabalho. Contrariamente, ao articular-se às necessidades do

mercado de trabalho, serve ao capital, (KUENZER, 1991, p 26)

Diante dessa realidade tão desigual, os excluídos vivem conformados em receber migalhas que lhes restam da divisão desigual das riquezas geradas em cada sociedade, necessitando de governantes que enfim queiram realizar justiça social iniciando com a oferta de uma educação igualitária e emancipatória.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 116 p, 57ª edição

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: maio 2018.

_____. Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: maio 2018.

CARNEIRO, Neri de Paula. **Educação e a educação escolar**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392000000200011&script=sci_arttext> Acesso em: dezembro 2017.

DEMO, Pedro. **Educação pode ser importante para os direitos humanos (ii) 2018**. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/e/2PACX-1vSqi302uC-OdJGw-veGK14tkv5Dvc5QMx7wFWt-i_lo_0-J5TAwYSIG8JLSEw-lm9j0ezz4HCSklEga/pub> Acesso em: maio 2018.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, junho 2000. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>. Acesso em nov 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82>. Acesso em nov 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. 2. impressão.— Brasília : INEP ; Santiago : REDUC, 1991

IANAMOTO, Edward Mitsuo Iwaanaga. ISOTANI, Shiguo. ENDO, Rogério Noboru. **O fim dos empregos**. Disponível em: < <https://www.ime.usp.br/~is/ddt/>

mac333/projetos/> Acesso em 20 dez. 2017.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de alfabetismo funcional – INAF** - Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho. 2016. Instituto Paulo Montenegro/Ação Educativa. São Paulo -<https://drive.google.com/file/d/0B5WoZxXFQTCRRWFyakMxOTNyb1k/view> . Acesso em 05 maio 2018

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, São Paulo, SP, n. 55, p. 31, nov. 2001. Disponível em: file:///C:/Users/NoteLU/Desktop/LU/Mestrado/Políticas%20Públicas%20e%20Gestão%20da%20Educação%20Básica/HOFLING%20Estado%20e%20Políticas%20Públicas%20Sociais.pdf . Acesso em 05 maio 2018.

PIRES, Luciene Lima de Assis. **Educação e trabalho: desafios e proposições à luz da conae/2014 e do pne**. Ano XXIII - Boletim 15 - SETEMBRO 2013 : TV Escola. Disponível em http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/18350515_DesenvolvimentoSustentavel.pdf. Acesso em: 05 maio 2018.

SARAIVA, Enrique.; FERRAREZI, Elizabete. **Políticas públicas**, 2006, Brasília: ENAP, v 1. Disponível em http://www.enap.gov.br/docu-ments/586010/601525/160425_coletanea_pp_v1.pdf/ee7a8ffe-d904-441f-a897-c4a2252a2f23. Acesso em 15 nov. 2017

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. V. 12, n. 34, jan/abril de 2007.

SEGNINI, Liliana Rolfien Petrilli. **Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392000000200011&script=sci_arttext> Acesso em: dezembro 2017.

SEVERINO, Antônio J. **Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação no atual cenário histórico**. São Paulo, vol.14, no.2, Apr./June 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200010&script=sci_arttext>

SILVA JUNIOR, Nilson Nunes da. **O conceito de Estado**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 68, set

2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6742>. Acesso em nov 2017.

VIANA, Nildo. **Os valores na sociedade moderna**. Brasília: Thesaurus, 2007.

WORLD INEQUALITY DATABASE – WID - **country graphs-brazil**. [2015] Disponível em: <http://wid.world/country/brazil/> Acesso em: 05 maio 2018.

CURRÍCULO

* Mestranda em Educação da UNB (Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica). Especialista em Códigos e Linguagens com Ênfase no Ensino Médio pela UnB. Possui graduação em Letras Português e Inglês pela Universidade Católica de Brasília (1999) e bacharelada em Direito com ênfase em Direito Público pela Universidade Católica de Brasília (2005). Atualmente é advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil (DF) e professora da SEEDF há 20 anos, tendo ocupado diversos cargos: professora de educação básica, ensino médio e de jovens e adultos; coordenadora pedagógica local (instituição educacional) e intermediária (Coordenação Regional de Ensino do Guará), supervisora pedagógica e gestora de instituição educacional.